

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/41495	54455/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DOM - UAC [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na presente informação técnica.

ASSUNTO: PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE CONTRATO – CONCURSO PÚBLICO N.º CPE.38.25.DMOSM

**Contratação:** empreitada de “MUSEU DOS BISCAÍNHOS – REQUALIFICAÇÃO DE INSTALAÇÕES ELETROTÉCNICAS EXISTENTES”.

Preço base (Pb): €305.051,79 (trezentos e cinco mil, cinquenta e um euros e setenta e nove cêntimos, (Sem IVA).

Prazo máximo de execução da empreitada: 120 (cento e vinte) dias.

**Proposta:** Submete-se para aprovação a proposta de abertura do procedimento CPE.38.25.DMOSM, que se anexa.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

Código Validação: 9PW36W6KWRHZSSMYDKZST4S9C  
Verificação: <https://braga.balcaoelectronico.pt/>  
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 1 / 9



**ORGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR:** Câmara Municipal de Braga.

**CONCURSO PÚBLICO N.º CPE.38.25.DMOSM**

**PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE CONTRATO – CONCURSO PÚBLICO**

Entidade adjudicante: Município de Braga - alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP).

Concurso de Empreitada de Obra Pública adiante descrita, em conformidade com a alínea b) do artigo 19.º; n.º 1 do artigo 36.º, artigo 38.º, e artigos 130.º a 148.º, todos do Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e republicações em vigor).

Plataforma eletrónica: <https://www.vortal.biz/pt-pt> (vortalvision).

**Contratação: Empreitada de “MUSEU DOS BISCAÍNHOS – REQUALIFICAÇÃO DE INSTALAÇÕES ELETROTÉCNICAS EXISTENTES”.**

**Vocabulário CPV:**

**45453100-8 Obras de recuperação**

**Prazo máximo de**

**execução: 120 dias**

**Preço Base:**

**€305.051,79**

**I – ENQUADRAMENTO**

Refere-se a presente EMPREITADA à execução dos trabalhos a efetuar para a requalificação de instalações elétricas existentes e renovação de equipamentos elétricos no Museu dos Biscainhos em Braga.

De forma a criar as condições de segurança para a permanência de pessoas em espaços não intervencionados anteriormente, designadamente em áreas fora do circuito expositivo recentemente inaugurado, a chamada “ala império”, o “pombal” e a instalação elétrica e equipamentos de iluminação nos jardins. As intervenções preconizadas preveem manter a infraestrutura existente das redes de tubagem e cabos, substituindo os equipamentos de comando, tomadas e modernizando e



completando sistemas de iluminação no interior e no exterior. Estão abrangidos nesta memória descritiva e condições técnicas trabalhos abrangendo principalmente as instalações elétricas, e com menor abrangência as instalações de telecomunicações e de segurança ativa. Assim, os principais trabalhos a desenvolver no edifício, pombal e jardim, serão:

1. Substituição de Comandos de Iluminação;
2. Substituição de Tomadas de Energia;
3. Substituição de Luminárias;
4. Instalação de Iluminação Exterior (Jardim);
5. Trabalhos complementares de Conservação e Restauro nas áreas a intervir;
6. Correções (de posicionamento de tomadas terminais) em instalações de telecomunicações;
7. Correções de traçados exteriores de canalizações dos sistemas de segurança ativos contra riscos de incêndio e de intrusão (SADI e SADIR).

## **II – PARECERES PRÉVIOS, LICENCIAMENTOS E AUTORIZAÇÕES NECESSÁRIOS**

- **IP Património Cultural** – 298/DPO/2025 de 14-10-2025

## **III – PROPOSTA**

Propõe-se abertura de procedimento concursal público ao abrigo da alínea b) do número 1 do artigo 19.º do CCP da redação do Decreto-Lei n.º 111-B/2017 31/08 alterado pela Lei n.º 30/2021 de 21/05 da alteração ao Código de Contratos Públicos – Concurso Público – com vista à execução da empreitada “**MUSEU DOS BISCAÍNHOS – REQUALIFICAÇÃO DE INSTALAÇÕES ELETROTÉCNICAS EXISTENTES**” a levar a efeito no referido Museu dos Biscaínhos sito na rua dos Biscaínhos deste concelho, com valor base 305.051,79€ + IVA..



## 1. Peças do procedimento

Aprovação das peças do procedimento a seguir identificadas:

- i. Programa do procedimento;
- ii. Caderno de encargos;
- iii. Porque o procedimento se destina à formação de um contrato de empreitada, o caderno de encargos é integrado por um projeto de execução, conforme impõe o artigo 43.º, n.º 1 do *Código dos Contratos Públicos*.

## 2. Prazo para apresentação das propostas

Para a apresentação das propostas, será fixado o prazo de **20** dias a contar do envio para publicação do anúncio no *Diário da República*.

## 3. Designação do júri do procedimento

O Júri do procedimento, terá a composição a seguir indicada, anexando-se à presente as declarações subscritas pelos membros propostos de inexistência de impedimento para assumir as funções indicadas, nos termos previstos no artigo 67.º, n.º 5 do Código dos Contratos Públicos:

3.1. Que nas suas faltas e impedimentos o Presidente do júri seja substituído pelo membro:



**4. Gestão do contrato**

A gestão do contrato, nos termos previstos no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, que assegurará o permanente acompanhamento da sua execução, será confiada ao \_\_\_\_\_ a desempenhar funções no Departamento Municipal de Obras Municipais, estrutura que, na entidade adjudicante, assegura a gestão funcional dos interesses a que o objeto do contrato visa responder.

**5. Delegação de competências**

Que ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 109.º do CCP, sejam delegadas no Júri e nos serviços da Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais / Departamento de Obras Municipais / Unidade de apoio à Contratação (DMOSM/DOM/UAC) as seguintes competências:

- Proceder a todas as formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica, desde o início até à respetiva conclusão;
- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, nos termos do art.º 66.º do CCP;
- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto no n.º 5, 6, 7, 8 e 9 do artigo 50.º e artigo 116.º ambos do CCP;
- Proceder às correções nas peças do procedimento de erros cálculo ou escrita, e erros nos dados introduzidos na plataforma eletrónica;
- Proceder às diligências necessárias para resposta aos concorrentes sobre os erros e omissões do Caderno de Encargos;
- Proceder às prorrogações do prazo, nos termos do artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos;
- Proceder às formalidades subsequentes ao relatório final ou decisão de adjudicação, tais como, subscrição dos documentos e respetivas notificações;
- Proceder ao envio de todas as notificações necessárias ao procedimento.



## 6. Critério de adjudicação da empreitada

Nos termos do número 1 do artigo 74.º do CCP, a adjudicação será garantida de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade de acordo com o qual o critério de adjudicação **multifator**, é densificado por um conjunto de fatores correspondentes a **2 (dois)** aspetos da execução do contrato a celebrar, **preço proposto e prazo de execução**.

Nos termos do artigo 139.º do CCP o modelo de avaliação das propostas será determinado através de modelo matemático.

a) As propostas dos concorrentes serão apreciadas, analisadas e avaliadas e hierarquizadas por ordem decrescente de mérito.

b) O mérito das propostas será aferido em função do critério de adjudicação constante do programa do procedimento, ou seja, critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade do multifator, por ponderação dos seguintes fatores:

### Fatores Ponderação Total

#### Preço 70%

#### Prazo de execução 30%

c) As operações de avaliação respeitarão o disposto no artigo 75.º do *Código dos Contratos Públicos*.

d) Cada fator do critério de adjudicação será operacionalizado por intermédio de uma fórmula matemática que quantificará o impacto de cada proposta a ele subsumido.

e) A valorização do será determinado por comparação **factor preço** dos preços apresentados com o intervalo de preços compreendido entre o preço base e o preço mínimo matematicamente possível de ser apresentado e que corresponde a €0,01 (um cêntimo);

f) O fator preços será valorizado de 0 (zero) a 10 (dez) correspondendo 0 (zero) a propostas de preço igual ao valor base do procedimento e 10 (dez) para propostas iguais ao preço mínimo previsto na alínea anterior.

g) A análise das propostas face à valorização do fator preço será operacionalizada pela subsunção das mesmas à seguinte fórmula matemática:



$$Fator\ preço = \left(1 - \frac{preço\ proposto - 0,01€}{preço\ base - 0,01€}\right) \times 10$$

h) A valorização do **fator prazo** será determinado por comparação do prazo proposto com o intervalo de prazo compreendido entre o prazo máximo de execução de todas as prestações que integram o objeto do contrato (120 dias de calendário) e o prazo mínimo possível de ser apresentado pelos concorrentes e que corresponde a 100 dias de calendário.

i) O fator prazo será valorizado de 0 (zero) a 1 (um) correspondendo 0 (zero) a propostas de prazo igual ao prazo máximo de execução do contrato (120 dias) e 1 (um) para propostas de prazo correspondente mínimo previsto no ponto 1 do presente artigo.

j) A análise das propostas em face do fator prazo será operacionalizada pela subsunção das mesmas à seguinte formula matemática:

$$Fator\ prazo = 1 - \frac{Prazo\ proposto - prazo\ mínimo}{prazo\ máximo - prazo\ mínimo}$$

k) A avaliação final das propostas será densificada por subjunção dos fatores à seguinte formula matemática.

$$Avaliação = Fator\ preço \times 0,7 + fator\ prazo \times 0,3$$

l) Conforme referido, as propostas serão ordenadas por ordem decrescente de mérito, ou seja, do maior para o menor valor resultante da avaliação, ou seja, da subjunção dos fatores à fórmula prevista na alínea anterior.

## 7. Cabimento orçamental

Para os devidos efeitos, junta-se a informação de cabimento n.º 99410 de 16/12/2025.

## 8. Declaração de inexistência de conflitos de interesses

De modo a assegurar a isenção e a imparcialidade e ainda prevenir situações de favorecimento no presente procedimento, todos os signatários da presente proposta ficam automaticamente vinculados à declaração de inexistência de conflitos de interesses (DICI\_Portaria n.º 185/2024-1 de 14 de agosto), em anexo.



Braga, 16 de dezembro de 2025  
Pelos Serviços da DMOSM/DOM/UAC,

**Em anexo à presente proposta:**

- Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses \_Portaria n.º 185/2024-1 de 14 de agosto.

**Em anexo nos documentos do processo:**

- Cabimento; Convite; Caderno de encargos; Projeto de execução.





ANEXO

(a que se refere o artigo 2.º da Portaria n.º 185/2024/1 de 14 de agosto)

**Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses**

O Signatário, a desempenhar funções no Município de Braga, declara, sob compromisso de honra, que, na presente data, relativamente ao presente procedimento, respeitante à contratação pública – Empreitada **“CPE.38.25.DMOSM\_MUSEU DOS BISCAÍNHOS – REQUALIFICAÇÃO DE INSTALAÇÕES ELETROTÉCNICAS EXISTENTES”**, não se encontra numa situação de conflito de interesses nos termos do n.º 4 do artigo 13.º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção, isto é, em situação em que se possa, com razoabilidade, duvidar seriamente da imparcialidade da sua conduta ou decisão, nos termos dos artigos 69.º e 73.º do Código do Procedimento Administrativo e do artigo 24.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Mais declara, sob compromisso de honra, que se, no decurso do presente procedimento, vier a encontrar-se, ou previr razoavelmente vir a encontrar-se, numa situação de conflito de interesses, comunicará a situação ao superior hierárquico ou, na sua ausência, ao responsável pelo cumprimento normativo, nos termos do disposto no artigo 13.º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção.

Braga, 16 de dezembro de 2025

